

27 DEZ 1979

O GLOBO

Sarney: Constituinte não é prioritária

BRASILIA (O GLOBO) — O senador José Sarney, presidente da extinta Arena, disse ontem que a convocação de uma Assembleia Constituinte não é prioritária no atual quadro político.

— No momento — disse o senador — a prioridade é a estruturação dos futuros partidos políticos, que devem passar a funcionar efetivamente, consolidando desta forma o regime democrático.

Para José Sarney, "embora passível de críticas, existe uma Constituição vigorando e um Congresso que tem poderes constituintes, uma vez que seus representantes foram eleitos pelo povo".

As reformas constitucionais — afirmou Sarney — podem ser feitas sem uma modificação radical na atual Constituição.

Este também é o ponto de vista defendido pelo secretário-geral da extinta Arena, deputado Prisco Viana.

— O Congresso tem poderes constituintes e através de emendas poderá reformar a Constituição, sendo, portanto, dispensável a convocação de uma Assembleia com esse fim específico.

Prisco afirmou que dentro do projeto político que o Governo está patrocinando há condições para se conseguir um conjunto de medidas capazes de "limpar" a Constituição dos dispositivos que estão dificultando o aperfeiçoamento democrático.

O secretário-geral da extinta Arena citou como exemplo a iniciativa das Mesas da Câmara e do Senado, que através de um trabalho realizado por uma comissão

suprapartidária identificou os dispositivos que reduzem os poderes do Congresso, e estão pleiteando a recuperação das prerrogativas do Legislativo.

Segundo Prisco Viana, as propostas de emenda elaboradas pela comissão suprapartidária deverão ser formalizadas em março do próximo ano, logo após a reabertura dos trabalhos legislativos.

O líder do Governo no Senado, Jarbas Passarinho não defende a ideia de uma Constituinte.

— No entanto — disse ele — na hipótese dela vir a se realizar, isso deverá acontecer logo após as eleições gerais, em 1982.

Contudo, Passarinho ressaltou que se trata de uma ideia sem base, em estudo, que deverá esbarrar num pressuposto, que é: "Haverá ou não dissolução do Congresso?"

— Se não houver dissolução, a Constituinte não será desnecessária. Neste caso, poderá ser feita uma reforma constitucional pelo próprio Congresso, bastando para tanto o voto da maioria absoluta, ou seja, metade mais um dos membros das duas Casas.

TANCREDO SURPREENDEU

O líder do Governo se mostrou surpreso com as declarações do senador Tancredo Neves sobre a Constituição de 1967, que afirmou se tratar de uma carta entreguista:

— Não entendi — disse Passarinho — o

pensamento do senador Tancredo Neves, a não ser que ele seja um "avant pensaire" do tipo de oposição que será exercida pelo seu partido. Na verdade, comparada à Constituição de 46, a de 67 é superior em pelo menos dois pontos: no capítulo dos direitos e garantias individuais, e na parte que trata da ordem econômica, quando é muito superior, em função da época em que foi feita.

Segundo Passarinho, "a queixa dos políticos deve-se ao fato de que a Constituição de 67 traduz ideias que não combinam com o estilo passada dos políticos".

— Por exemplo — disse o líder — não permite que os políticos apresentem projetos que gerem despesas. — No meu entender, essas novas características da Carta de 67 são realismo puro. Essa Constituição seria um marco, não uma cópia, a partir do qual se desdobraria o pensamento democrático e constitucional moderno.

TRANQUILIDADE DO FORTE

— E uma boa linguagem, compatível com o atual período — disse o senador referindo-se ao pronunciamento feito anteriormente pelo ministro do Exército, general Walter Pires.

— No momento em que existem aqueles que trombetearam a volta da violência — disse Passarinho — as colocações do general ganham maior valor, por traduzir a tranquilidade do forte e que se sabe forte.